

O papel das energias alternativas

Na procura de soluções para a crise energética que atravessamos, o governo tem tentado estimular a produção de mais eletricidade de várias formas como, por exemplo, mediante o programa de usinas termelétricas a gás natural (da Bolívia ou da Petrobras). Essa é uma linha promissora que, se tivesse sido implementada há dois anos, teria evitado os dissabores de hoje. De qualquer forma, é excelente linha a seguir.

A pergunta a fazer é se existem soluções ainda não exploradas e o que seria preciso para viabilizá-las. Dependem elas todas de ações do governo?

A lista de alternativas é longa e vai desde energia eólica, usando a força dos ventos (sobretudo na Região Norte do país), até geração de eletricidade com bagaço de cana em São Paulo e no Nordeste, passando por energia solar sob suas várias formas (aquecimento de água, geração de eletricidade com células fotovoltaicas e miniusinas hidrelétricas).

Todas essas opções têm uma característica em comum que as diferencia dos grandes projetos em uso ou implantação: geram pequenas quantidades de energia de forma descentralizada em contraste com grandes obras hidrelétricas ou usinas termelétricas de elevada potência.

Nessas grandes obras, o número de atores envolvidos é pequeno e, viabilizados investimentos estrangeiros ou empréstimos do BNDES e equacionados os problemas com as agências regulatórias, as obras podem ser iniciadas pelas grandes empresas construtoras de equipamentos e obras civis. Isso é o que provavelmente ocorrerá com o programa de termelétricas a gás que o governo acaba de lançar. Fixado o preço do gás, acertada a tarifa e garantida a compra da eletricidade pela Eletrobrás, as obras decolarão, o que não havia acontecido até agora.

Infelizmente é difícil fazer isso com todas as alternativas devido ao seu caráter descentralizado e ao vulto relativamente pequeno de cada uma das obras, o que não atrai grandes investidores e grandes empresas de engenharia.

Há, contudo, uma solução para tais problemas que foi adotada na Alemanha e na Espanha e que permitiu uma expansão extraordinária da energia gerada usando energia eólica, mas que vale também para outras opções.

A solução é permitir que qualquer cidadão ou empresa que deseje gerar eletricidade (de qualquer fonte) se constitua um produtor independente e ofereça sua energia à empresa



POR JOSÉ GOLDEMBERG

distribuidora local. Isso já é possível no Brasil e ocorreu em São Paulo, onde os produtores de álcool geram excesso de eletricidade nas suas usinas, usando bagaço, e tentam vendê-la às empresas distribuidoras com pouco sucesso por duas razões: o fornecimento das usinas é sazonal e o seu custo tende a ser um pouco mais elevado que o da energia hidrelétrica. É mais conveniente, portanto, para as empresas distribuidoras de energia comprar energia de Itaipu e Furnas.

Isso era verdade até recentemente, mas não é mais devido ao baixo nível dos reservatórios que está nos levando ao racionamento e eventualmente a apagões.

Situação análoga enfrentaram os produtores independentes de energia eólica de Alemanha, Espanha e outros países. O governo desses países resolveu o problema com uma solução simples: obrigar as empresas distribuidoras a comprar a energia dos produtores independentes a um preço compensador. O limite para a quantidade comprada foi fixado em 10% ou 20%, dependendo da região — e o fato de o preço ser mais elevado levou a um pequeno

aumento da tarifa que todos pagam. Com isso a produção independente de energia eólica passou a crescer 35% ao ano e o uso de vento está se tornando componente significativo da energia usada na Alemanha. Na Dinamarca, já representa mais de 10% de toda a eletricidade usada.

Tendo em mãos uma garantia de compra de sua eletricidade durante vários anos, os produtores independentes conseguem empréstimos bancários com facilidade e o número deles se multiplica rapidamente.

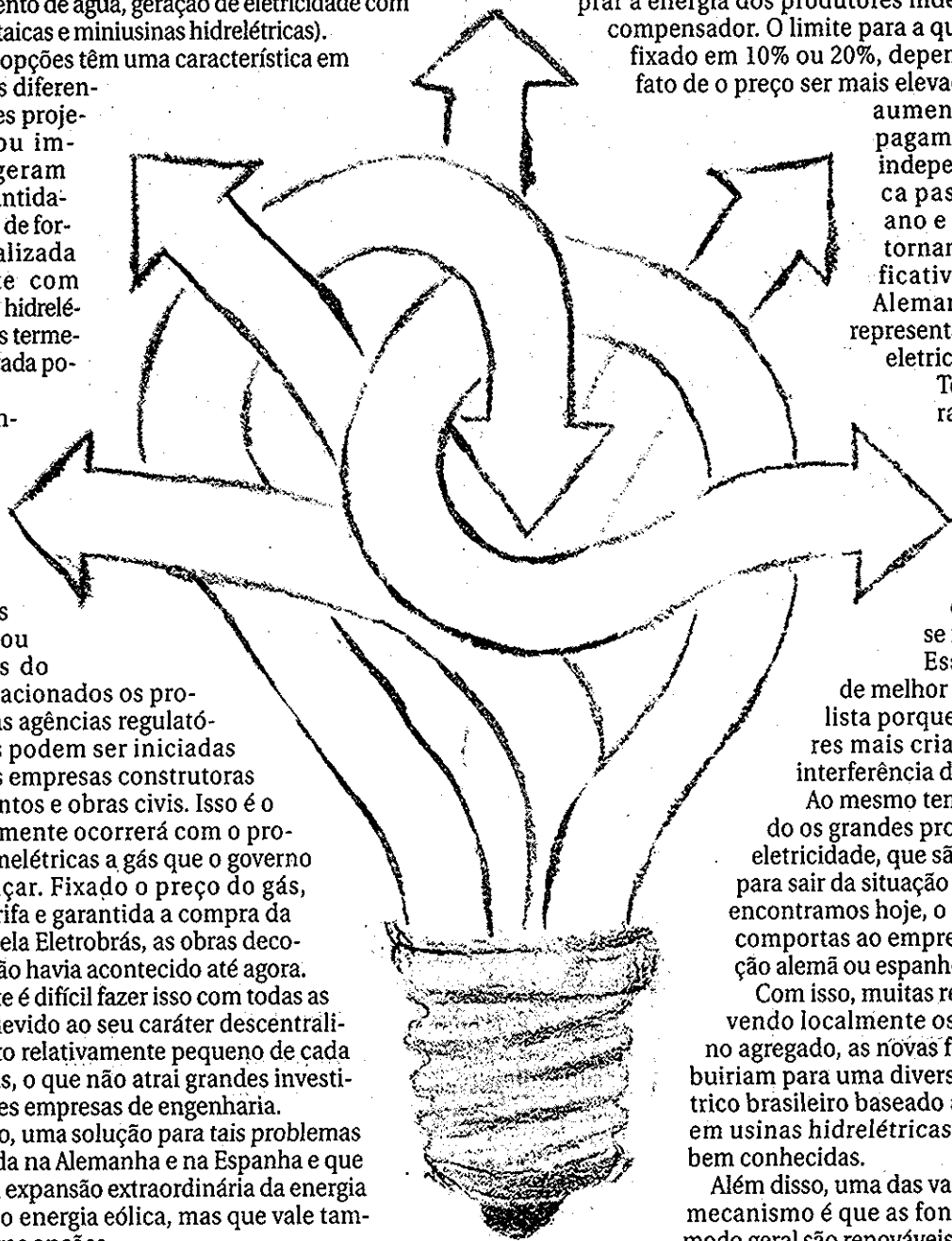
Essa estratégia usa o que de melhor existe no regime capitalista porque estimula os investidores mais criativos e dinâmicos sem interferência de burocracias estatais.

Ao mesmo tempo que está promovendo os grandes programas de produção de eletricidade, que são indispensáveis ao país para sair da situação emergencial em que nos encontramos hoje, o governo deveria abrir as comportas ao empresariado e adotar a solução alemã ou espanhola.

Com isso, muitas regiões poderiam ir resolvendo localmente os próprios problemas e, no agregado, as novas fontes de energia contribuiriam para uma diversificação do modelo elétrico brasileiro baseado até hoje exclusivamente em usinas hidrelétricas com as conseqüências bem conhecidas.

Além disso, uma das vantagens adicionais desse mecanismo é que as fontes descentralizadas de modo geral são renováveis e não contribuem para a deterioração do meio ambiente.

JOSÉ GOLDEMBERG É MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA



A PERGUNTA A FAZER É SE EXISTEM SOLUÇÕES AINDA NÃO EXPLORADAS E O QUE SERIA PRECISO PARA VIABILIZÁ-LAS. DEPENDEM ELAS TODAS DE AÇÕES DO GOVERNO?